



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 248/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública

UNIDADE: Superintendência da Polícia Técnico-Científica

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informações sobre a causa original do incêndio no edifício Wilton Paes de Almeida. Inovação recursal. Não conhecimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 248/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Superintendência da Polícia Técnico-Científica, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para solicitação de informações sobre a causa original do incêndio no edifício Wilton Paes de Almeida.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo objeto da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI), o órgão informou onde o solicitante pode pesquisar a informação. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175 de 18 de março de 2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o requerente inovou em grau recursal, solicitando que o órgão enviasse o laudo técnico, que não foi solicitado inicialmente.
4. A realização de um novo pedido em grau recursal configura inovação recursal, subtraindo ao órgão a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.
5. Assim, inevitável concluir que o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso previsto no artigo 20 caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. No caso apresentado, o órgão ainda informou ao interessado o canal correto e o procedimento necessário para obtenção da informação solicitada.
7. Assim, considerando não almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20, incisos I a IV, do referido Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.



São Paulo, 16 de junho de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel

Ouvidor Geral do Estado

Ouvidoria Geral do Estado